



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

DECRETO N° 4.654, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ABONO AOS INTEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.)

DRA. MARIA RUTH BANHOLZER, Prefeita do Município de Itapevi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no §1º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece a distribuição dos recursos previstos com vistas à remuneração condigna do Magistério;

CONSIDERANDO a normatização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb que foi criado pela emenda Constitucional n° 53/2006 e regulamentada pela Lei n° 11.494/2007 e pelo Decreto n° 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei 11.494/2007, que estabelece como profissionais do magistério aqueles que exercem **atividades de docência** e os que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

CONSIDERANDO que os recursos vinculados à educação devem ser aplicados no respectivo exercício a que se referem, tendo em vista o critério da anualidade estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que os integrantes do quadro do Magistério são profissionais que desenvolvem atividades de docência, bem como as que oferecem suporte pedagógico, incluídas as de direção ou de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional, conforme definido na Resolução n° 3, em seu artigo 2º, pelo CNE (Conselho Nacional de Educação);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido abono aos integrantes do quadro do Magistério da rede municipal, conforme o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb que foi criado pela emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

Parágrafo único - O abono contido no caput deste artigo será pago em uma única parcela a ser creditada aos Profissionais do Magistério no mês de dezembro de 2009.

Art. 2º - Farão jus ao abono os integrantes do Magistério que atuam na docência e no suporte pedagógico, incluídos os profissionais de supervisão, direção, coordenação pedagógica, orientação educacional, planejamento e responsáveis pelas diretrizes educacionais da pasta, bem como os servidores estaduais colocados à disposição do município para a execução do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado e Município, conforme Lei nº 1.314, de 02 de maio de 1996, Lei nº 1.393, de 8 de maio de 1998, e Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, conforme o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996.

§ 1º - Os servidores estaduais colocados à disposição do município para a execução do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado e Município, conforme Lei nº 1.314, de 02 de maio de 1996, Lei nº 1.393, de 8 de maio de 1998, e Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, conforme o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996.

§ 2º - Os profissionais constantes no caput deste artigo farão jus ao abono quando contarem com, no mínimo, 90 (noventa) dias de efetivo exercício, no período de 01 de janeiro de 2009 a 30 de setembro de 2009.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Estado de São Paulo

§ 3º - Serão computados como de efetivo exercício de trabalho os seguintes afastamentos: férias, licença gestante, licença paternidade, licença prêmio, júri, serviços obrigatórios por lei, nojo, gala e licenças concedidas por doenças infecto-contagiosas e por acidentes de trabalho, nos termos da Lei nº 223 - Estatuto dos Funcionários Públicos de Itapevi, de 1º de agosto de 1974, art. 63, incisos I ao XII.

Art. 3º - O valor do abono a ser concedido aos integrantes do quadro do Magistério será obtido mediante a apuração dos seguintes critérios:

§ 1º - frequência: quantidade de faltas do profissional, no exercício de 2009 (01 de janeiro a 30 de setembro de 2009), traduzida em índices, conforme anexo I deste decreto.

I - Serão consideradas todas as faltas justificadas, injustificadas, licenças saúde e para tratamento de pessoa da família para o cômputo da porcentagem do benefício.

II - Para efeito de cálculo do benefício, será considerado o salário base do profissional.

Art. 4º - Para efeito de concessão do abono, após apuração dos critérios constantes do artigo 3º, aplicar-se-á a seguinte equação matemática: o salário base (SB) será multiplicado pelo índice (I), dividido por 273 dias, multiplicado pelos dias trabalhados pelo beneficiário (DT) obtendo o Valor final (VB).

$$\left| \frac{SB \times I}{273} \right| \times DT = VB$$

Art. 5º - Os servidores afastados sem vencimentos não farão jus ao benefício.

Art. 6º - Os resíduos a serem distribuídos são referentes ao exercício de 2009 e não se incorporam aos vencimentos e salários para nenhum efeito.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Estado de São Paulo

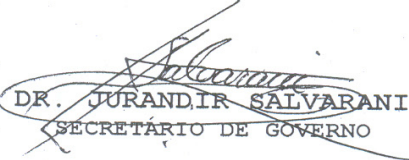
Art. 7º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações próprias e consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 30 de novembro de 2009.


DRA. MARIA RUTH BANHOLZER
PREFEITA

Publicado, no Diário Oficial do Município de Itapevi e por afixação, no lugar de costume e registrado em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 30 de novembro de 2009.


DR. JURANDIR SALVARANI
SECRETÁRIO DE GOVERNO